



## POLÍTICAS PÚBLICAS

Após anos de declínio na cobertura vacinal e obscurantismo, Brasil deixa de integrar ranking dos 20 países com menores índices de imunização. Desafio é alcançar população vulnerável

# Enfim, avanços na vacinação

» MAYARA SOUTO

O Brasil está avançando na retomada da imunização infantil. É o que apontam dados divulgados, ontem, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Em 2021, o país ocupava a sétima posição na lista das 20 nações com mais crianças não vacinadas no mundo. Mas, em 2023, superou essa estatística negativa.

Das 16 principais vacinas do calendário infantil, 13 apresentaram aumento na cobertura no ano passado, quando comparado a 2022. A média nacional da alta nas vacinas foi de 7%, sendo a com maior aumento de cobertura a tríplice bacteriana (DTP), que protege contra a difteria, tétano e coqueluche.

Em relação à primeira dose desse fármaco (DTP1), os dados indicam uma queda de 418 mil crianças não vacinadas em 2022 para 103 mil em 2023. O contingente de não imunizados também despencou na DTP3, que completa o ciclo contra as doenças citadas, passando de 846 mil (2022) para 257 mil (2023). Ao todo, a cobertura total da DTP passou de 67% para 77% no país.

Outras vacinas também foram destaque no crescimento da imunização, como a da poliomielite (VIP e VOP), pentavalente, rotavírus, hepatite A, febre amarela, meningocócica C (1ª dose e reforço), pneumocócica 10 (1ª dose e reforço e tríplice viral (1ª e 2ª doses).

O resultado brasileiro também foi seguido por toda a região das Américas, que também apresentou crescimento. Jarbas Barbosa, diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), destacou que a região é a única a exceder os níveis de vacinação pré-pandemia de 2019, "indicando uma aceleração considerável na recuperação".

No contexto global, a imunização infantil está em queda. O número de crianças que não receberam nenhuma dose da DTP1, por exemplo, aumentou de 13,9 milhões, em 2022, para 14,5 milhões, em 2023.

### Novo cenário

"Desde 2016, o Brasil enfrentava quedas crescentes nas coberturas vacinais de vários imunizantes do calendário infantil. Depois de conquistas tão importantes, como a erradicação da varíola e a eliminação da circulação do vírus de poliomielite, o Programa Nacional de Imunizações encontrou forte risco. Mas conseguimos reverter esse cenário", apontou a ministra da Saúde, Nísia Trindade, destacando o papel do Movimento Nacional pela Vacinação, lançado no ano passado para recuperar a imunização dos brasileiros.

A chefe de Saúde do Unicef no Brasil, Luciana Phebo, comemorou os resultados. "Agora, é fundamental continuar

Paulo Pinto/Agência Brasil



Agente do SUS aplica vacina: país ampliou cobertura vacinal de 13 dos 16 principais imunizantes do calendário infantil

Valter Campanato/Agência Brasil



avançando, ainda mais rapidamente, para encontrar e imunizar cada menina e menino que ainda não recebeu as vacinas. Esses esforços devem ultrapassar os muros das unidades básicas de saúde e alcançar outros espaços em que crianças e famílias, muitas em situação de vulnerabilidade, estão — incluindo

escolas, Cras e outros espaços e equipamentos públicos", ressaltou.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva celebrou, nas redes sociais, o resultado positivo na saúde. "Mais um compromisso realizado: fortalecer a vacinação e a proteção das nossas crianças, valorizando a ciência", escreveu.



**Desde 2016, o Brasil enfrentava quedas crescentes nas coberturas vacinais de vários imunizantes do calendário infantil. O Programa Nacional de Imunizações encontrou forte risco. Mas conseguimos reverter esse cenário"**

**Nísia Trindade,**  
ministra da Saúde

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, comemorou a conquista. "Que poderoso ver o Zé Gotinha viajando pelo Brasil, levando a mensagem de que vacinas salvam vidas, retomando a confiança da população na ciência, no Sistema Único de Saúde (SUS) e nas vacinas", disse nas redes sociais.

## Brasil defende na ONU aliança contra a fome

A liderança brasileira na erradicação da fome está em destaque durante o Fórum Político de Alto Nível da Organização das Nações Unidas (ONU), que se iniciou, ontem, em Nova York, nos Estados Unidos. Os ministros Wellington Dias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência da República, estão no evento com a missão de divulgar a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, criada sob a liderança do Brasil no G20 deste ano.

"Sabemos como eliminar o flagelo da pobreza. Temos os recursos, o alimento e o conhecimento necessário, só precisamos mobilizá-los de forma consistente para onde mais precisamos. Essa é a proposta da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, que o presidente Lula sugeriu ao mundo para que os países mais ricos possam ajudar os países em

desenvolvimento", declarou Dias durante discurso em mesa sobre o financiamento para acabar com a fome.

Os ministros também estiveram reunidos com a vice-secretária-geral da ONU, Amina Mohammed, para quem apresentaram os dados do Brasil em relação à fome e também falaram sobre a aliança. "Ela (a vice-secretária) afirmou total compromisso, tanto na busca de todos os países para participarem desse compromisso, quanto também sobre as condições da ONU com outros países para o funcionamento da aliança", declarou Dias.

### G20 no Rio

A iniciativa global será lançada no próximo 24 de julho durante reunião do G20 no Rio de Janeiro, quando os países poderão aderir ao acordo internacional. Na

ocasião, também será lançado o relatório anual *O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo* (Sofi), conhecido no Brasil como "Mapa da Fome".

De acordo com dados adiantados pelo ministro responsável pelo combate à fome, entre 2022 e 2023 foram tirados da fome cerca de 24,4 milhões de brasileiros — uma redução de 74%. A missão, agora, é tirar 8,7 milhões de pessoas que ainda estão em insegurança alimentar grave.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência também apresentará, durante o fórum, o Relatório Nacional Voluntário, que mostra a situação do Brasil em relação às metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), previstos pela ONU, para o avanço dos países em desenvolvimento até 2030. Nos últimos seis anos, o Brasil não apresentou o documento às autoridades internacionais.

"Nós retomamos e reconstruímos o sistema de acompanhamento dessa agenda global. Fizemos um grande trabalho de construção desse relatório voluntário do Brasil em relação aos ODS. O presidente Lula tem um compromisso inquebrantável com o combate à fome e com a proteção dos cidadãos. Estamos investindo em infraestrutura, educação, saúde e outros setores para garantir uma vida digna e saudável para todos os brasileiros", explicou Macêdo.

A apresentação dos dados ocorre amanhã e deve destacar os ODS 1 e 2, que tratam sobre a erradicação da fome e da pobreza. Ao todo, são 17 objetivos estabelecidos pela ONU. Hoje também será lançado pelo Brasil um 18º ODS, o da igualdade racial. Por enquanto, o objetivo é nacional, mas deve atrair outros países também.

## SEGURANÇA

### FN atuará em áreas indígenas de dois estados

» MARIA BEATRIZ GIUSTI\*  
» HENRIQUE FREGONASSE\*

O Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou, ontem, o uso da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) nos municípios de Boa Vista e de Pacaraima, no estado de Roraima, e nas regiões da Terra Indígena Cacique Doble e Passo Grande do Rio Forquilha, no estado do Rio Grande do Sul. As decisões foram publicadas na *Diário Oficial da União* (DOU) e deverão ter vigência por 90 dias, a contar de ontem.

Em Roraima, a Portaria 719 atuará nos municípios de fronteira com a Venezuela "em apoio aos órgãos de segurança pública do estado, nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio". Desde de 2018, o uso da Força Nacional em Pacaraima é renovado, devido ao crescente número de imigrantes venezuelanos fugidos da crise política e econômica na Venezuela.

De acordo com os dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), em 2023, o estado de Roraima recebeu o maior número de pedidos de refúgios do Brasil, com 71.198, sendo a maior parte de imigrantes venezuelanos, com 29.467. Apenas em 2023, o Brasil reconheceu 77.193 pessoas como refugiados. Desse total, 97,5% eram migrantes venezuelanos.

No estado do Rio Grande do Sul, a Portaria 720 estabelece o emprego da Força Nacional em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) junto aos órgãos de segurança pública gaúchos nas regiões de Terras Indígenas Cacique Doble. Desde de 2022, a região é palco de violenta disputa entre grupos indígenas rivais que lutam pela liderança da área.

Em dezembro do ano passado, após a morte de uma menina de 13 anos dentro de casa na região da reserva de Cacique Doble, o governo federal e dois grupos indígenas rivais assinaram um acordo para pôr fim ao conflito. No entanto, desde então, a Força Nacional atua na área de Cacique Doble para proteção e mediação de conflitos, além de outras propostas que garantam a segurança dos moradores da reserva.

Os agentes da Força Nacional também estarão na Terra Indígena de Passo Grande do Rio Forquilha, que também é alvo de disputa, devido à proximidade com a Terra Cacique Doble.

### Garimpo ilegal

Uma megaoperação do governo federal — com participação da Força Nacional — contra o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (TIY) já impôs um prejuízo de mais de R\$ 110 milhões aos criminosos desde a implantação da Casa de Governo, em Boa Vista (RR), no fim de fevereiro deste ano. Além disso, entre janeiro e junho, a FNSP realizou operações em 21 terras indígenas de nove unidades federativas do país.

Ao *Correio*, o Ministério da Justiça esclareceu que a intensificação das ações da Força Nacional na desintrusão das TIY é feita em apoio à Casa Civil da Presidência da República, enquanto a atuação da FN em Boa Vista e Pacaraima é feita em apoio aos órgãos de segurança pública do estado, por uma solicitação do governo do estado de Roraima.

"É importante esclarecer que as duas portarias ministeriais permanecem vigentes, sendo que a primeira (nº 637, de 25 de março de 2024) é voltada às ações da Força Nacional nas Terras Indígenas Yanomami; e a segunda (nº 719/2024), é voltada à preservação da ordem pública e à proteção das pessoas e do patrimônio, por meio do policiamento ostensivo", disse o Ministério.

O objetivo do MJSP, com a medida, é "fortalecer o apoio aos órgãos de segurança pública estaduais e federais para a segurança e a proteção tanto nas áreas indígenas quanto nas cidades de Boa Vista e Pacaraima".

\*Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza